



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

# **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** **nº. 90028/2024**

## **Objeto**

**LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A SEDIAR O POLO DE PROJETOS EDUCACIONAIS DO BAIRRO DE AREIAS DO MEIO, PARA ATENDER OS ALUNOS DA ESCOLA ALAÍDE DA SILVA MAFRA E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.**



## TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO Nº 28/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90028/2024**

O **MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, torna pública a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 74, inciso V da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, e dos Decretos Municipais, segundo as condições estabelecidas no presente documento e seus Anexos, cujos termos igualmente o integram.

### I – DO OBJETO

1.1. A presente Inexigibilidade de Licitação tem como objeto a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A SEDIAR O POLO DE PROJETOS EDUCACIONAIS DO BAIRRO DE AREIAS DO MEIO, PARA ATENDER OS ALUNOS DA ESCOLA ALAÍDE DA SILVA MAFRA E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÚCIA FRANCISCA SAGÁS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme necessidade justificada e descrita nos Anexos, em especial nos Anexos I e I.A (Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar).

### II – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

**2.1. Justificativa:** A presente contratação se justifica porque a Secretaria Municipal de Educação de Governador Celso Ramos enfrenta desafios relacionados à infraestrutura educacional no bairro de Areias do Meio. As duas instituições de ensino existentes já não atendem à demanda crescente de vagas, ocasionada pelo aumento da população local.

Ao contrário de outros bairros, o bairro Areias do Meio não conta com infraestrutura adequada para oferecer atividades como ballet, futsal, futebol de campo e jiu-jitsu aos seus alunos.

A ausência de um local adequado para a execução de projetos educacionais extracurriculares limita o acesso dos alunos do bairro Areias do Meio a estas atividades, criando uma disparidade em relação aos estudantes de outros bairros.

Assim sendo, a presente contratação é imprescindível para que os alunos do bairro Areias do Meio tenham a oportunidade de participar de atividades extracurriculares, promovendo a igualdade entre todos os alunos da comunidade.

Considerando o exposto, solicitamos a locação de Imóvel destinado a sediar o polo de projetos educacionais do Bairro de Areias do Meio. Com o objetivo de atender os alunos da Escola Alaíde da Silva Mafra e Centro de Educação Infantil Lúcia Francisca Sagás.

Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 74, V da Lei nº 14.133/2021, requer-se a locação por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que as características de instalações e a localização tornaram necessária à sua escolha e não existe imóveis vagos e disponíveis



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

de propriedade do município que atendam o objeto.

**2.2. Fundamentação:** A contratação se enquadra no caso de Inexigibilidade de Licitação, com fundamentação no artigo 74 da Lei 14.133/2021 já que se enquadra nas disposições do inciso V deste artigo, conforme transcrição abaixo:

*“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*[...]*

*V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*

*[...]*

*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*

*I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;*

*II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;*

*III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.”*

### **III - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

**3.1.** A escolha do imóvel em questão justifica-se pelas características únicas de suas instalações e de localização, as quais são essenciais para atender aos alunos da Escola Alaíde da Silva Mafra e do Centro de Educação Infantil Lúcia Francisca Sagás (ambas localizadas no bairro Areais do Meio), durante a realização de atividades educacionais extracurriculares. O espaço amplo, a quadra de esportes coberta, área social ampla e coberta, o número de banheiros, vestiários e vagas de estacionamento que o imóvel dispõe, são propícios para o desenvolvimento de diversas atividades educacionais. Além disso, a localização do imóvel garante o fácil acesso as famílias dos alunos. Pelas razões acima expostas acreditamos que este imóvel oferece as melhores condições para a presente demanda.

### **IV - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

**4.1.** A justificativa do valor encontra-se pormenorizada em documento próprio anexo a este Termo de Inexigibilidade de Licitação.

### **V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** O crédito necessário ao atendimento das despesas correrá à conta do Orçamento do



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Município de Governador Celso Ramos, para o exercício de 2024, por meio de órgão da administração direta conforme abaixo:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
08.01	2.012	3.3.90.39.10.00.00.00 (55)

**5.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **VI - HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor que deverá apresentá-los para fins de contratação.

**6.1.1.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor.

**6.2.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**6.4.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.5.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**6.6.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Inexigibilidade e seus Anexos.

**6.7.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado e consequentemente contratada.

## **VII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**7.1.** O objeto deste Termo será adjudicado e homologado pela autoridade competente para homologação.

**7.2.** A adjudicação e homologação competem ao Prefeito Municipal.

**7.3.** A homologação do resultado deste termo não implicará direito à contratação.

## **VIII – DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de Fornecimento).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**8.2.** O adjudicatário terá o prazo de *02(dois) dias úteis* contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

**8.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo *02(dois) dias úteis*, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

**8.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**8.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**8.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Termo e seus anexos;

**8.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**8.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**8.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste termo, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**9.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**9.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**9.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**9.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**9.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**9.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

**9.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**9.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**9.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**9.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**9.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**9.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**9.4.** Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**9.5.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**9.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**9.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**9.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**9.10.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.11.** as peculiaridades do caso concreto;

**9.12.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.13.** os danos que dela provierem para o Contratante;

**9.14.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.15.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**9.16.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**9.17.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**9.18.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.19.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** As normas disciplinadoras deste Termo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**10.2.** Em caso de divergência entre disposições deste Termo e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo.

**10.3.** Será competente o Foro da Comarca do Município de Biguaçu/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste termo.

**10.4.** Integram este Termo, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**10.4.1.** ANEXO I – Termo de Referência;

**10.4.1.1.** ANEXO I.A – *Estudo Técnico Preliminar*;

**10.4.1.2.** ANEXO I.B – *Justificativa de Preço*;

**10.4.1.3.** ANEXO I.C – *Razão da Escolha do Fornecedor*;

**10.4.2.** ANEXO II – Avaliações Prévias do Bem, Proposta e Fotos;

**10.4.2.1.** ANEXO II.A – *Avaliação Prévia 01*;

**10.4.2.2.** ANEXO II.B – *Avaliação Prévia 02*

**10.4.2.3.** ANEXO II.C – *Avaliação Prévia 03*;

**10.4.2.4.** ANEXO II.D – *Proposta do contratado*;

**10.4.2.5.** ANEXO II.E – *Fotos do Imóvel*;

**10.4.3.** ANEXO III – Certificado da Inexistência de Imóveis Públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

**10.4.4.** ANEXO IV – Minuta do Contrato.

Governador Celso Ramos/SC, julho de 2024.

MARCOS HENRIQUE DA  
SILVA:93269455968

Assinado de forma digital  
por MARCOS HENRIQUE DA  
SILVA:93269455968  
Dados: 2024.07.23 17:04:28  
-03'00'

---

**MARCOS HENRIQUE DA SILVA**  
***Prefeito Municipal***